

Violações de direitos humanos no Jardim São José 2, São José dos Campos, Brasil

Por Associação de Favelas de São José dos Campos e Rede Jubileu Sul Brasil

São Paulo, 31 de janeiro de 2018

A Associação de Favelas de São José dos Campos juntamente com a Rede Jubileu Sul Brasil vem acompanhando os moradores removidos dos Bairros Vila Nova Tatetuba, Caparaó, e Nova Detroit, para o Bairro Jardim São José 2. Desde os primeiros anos as famílias que ali residem relatam que sofrem constantes violações dos seus direitos fundamentais, que é o direito ao trabalho, lazer, saúde, educação e um transporte digno. Para além, sofrem com a violência estabelecida pelo tráfico de droga e a polícia militar que entram em conflito constantemente colocando em risco a população que ali vive, que inclusive identifica o Bairro como CDD – Cidade de Deus¹, uma alusão aos bairros mais violentos do Rio de Janeiro. Em 2017, a violência aumentou muito, ocasionando a morte de várias pessoas (muitos dos quais eram adolescentes), queima de ônibus e a retirada do transporte público em decorrência da violência e do enfrentamento entre o tráfico e a polícia militar. A retirada do transporte² tem prejudicado e penalizado milhares de trabalhadores que são obrigados a andarem vários quilômetros até o ponto de ônibus mais próximo.

Vale fazer memória, o projeto “Casa da Gente” iniciou no âmbito do “Programa Habitar Brasil/BID”³ há 14 anos pela Prefeitura de São José dos Campos que, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tinha como objetivo

¹ CDD é: “Um território ocupado, delimitado pelo crime. Um muro invisível, que divide em dois o Jardim São José 2, apelidado entre os policiais como ‘CDD’ ou Cidade de Deus, em alusão ao filme homônimo e à presença do crime organizado. É ele que divide a área, localizada no fundo da região leste de São José, criada pelo programa de desfavelização, concentrando moradores de três favelas diferentes (Caparaó, Morro do Regaço e Nova Detroit).” em “Tráfico divide o ‘CDD’ ao meio em São José”, disponível em <http://www2.ovale.com.br/trafico-divide-o-cdd-ao-meio-em-s-o-jose-1.744265>, publicada em 11.02.2017. Outras notícias tratam também do tema como em “Polícia conclui investigação da guerra do tráfico no ‘CDD’ e pede prisão de 10”, disponível em <http://www2.ovale.com.br/policia-conclui-investigacao-da-guerra-do-trafico-no-cdd-e-pede-prisao-de-10-1.7765/comments-7.17557/comments-7.17557> (notícia de 08.05.2010), “Guerra do tráfico é responsável por oito mortes na zona leste de São José” disponível em <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/06/guerra-do-trafico-e-responsavel-por-oito-mortes-na-zona-leste-de-sao-jose.html> (notícia de 05.06.2016), “24 policiais civis são presos acusados de facilitar tráfico de drogas em São José, SP” disponível em <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/policiais-civis-de-sao-jose-sao-presos-nesta-quinta-feira-30.ghtml> (notícia de 30.11.2017), “Situação tensa no CDD Jardim São José Baep Troca Tiros Com Bandidos” disponível em <https://redepolicialedenoticias.com.br/situacao-tensa-no-cdd-jardim-sao-jose-baep-troca-tiros-com-bandidos/> (notícia de dia 25.01.2017), “Comunidade pobre de São José dos Campos denuncia abusos praticados por policiais militares do BAEP” disponível em <https://flitparalisante.wordpress.com/2015/12/06/comunidade-pobre-de-sao-jose-dos-campos-denuncia-abusos-praticados-por-policiais-militares-do-baep/> (notícia de 05.12.2015). Último acesso de todas as notícias em 31 de janeiro de 2018.

² Várias notícias tratam da retirada de transporte, como: “Após confronto, ônibus circula com escolta armada na zona leste de São José” disponível em <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/apos-confronto-onibus-circula-com-escolta-armada-na-zona-leste-de-sao-jose.ghtml> (notícia de 21.08.2017); “Bairros de São José estão sem ônibus após moradores queimarem veículo” disponível em <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/bairros-de-sao-jose-estao-sem-onibus-apos-moradores-queimarem-veiculo.ghtml> (notícia de 07.08.2017); “Dois são mortos após troca de tiros com a PM na zona leste de São José” disponível em <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/dois-sao-mortos-apos-troca-de-tiros-com-a-pm-na-zona-leste-de-sao-jose.ghtml> (notícia de 19.08.2017). Último acesso em 31 de janeiro de 2018. Ver também fotos no Anexo II.

³ Para saber mais sobre o programa, veja aqui: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1913632>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

reassentar 453 famílias. Contudo, o que houve foram remoções forçadas de 453 famílias que moravam na região central da cidade para o novo bairro construído com tal financiamento, Jardim São José II, que fica numa área muito distante da área original de moradia dessas famílias, cerca de 16 km, e com transporte público bem reduzido, apenas uma linha de ônibus. Essa comunidade foi removida com a promessa de infraestrutura (escola, educação, transporte, emprego...), tudo isso está no acordo firmado entre a prefeitura e o BID⁴, e as obras de infraestrutura eram de responsabilidade do poder público municipal. Na época da remoção, as famílias aceitaram assinar o termo de remoção com a promessa de melhores condições de vida. Importante ressaltar que houve relatos de que vários moradores assinaram o termo sem terem informação adequada e plena sobre o que estavam assinando e as consequências de tal assinatura⁵. Há relatos de que foram oferecidos empregos para quem assinasse o termo⁶ e também de que alguns moradores teriam sido ameaçados com a presença de forças policiais para assinar os termos. São alegações de que houve fraude no processo de obtenção do consentimentos das famílias. Várias famílias, ao chegarem ao local para onde foram removidas, depararam-se com a situação precária desde o saneamento, iluminação e poucos equipamentos públicos. Com o passar do tempo a situação só tem piorado, inclusive com o aumento da população na área. Outro problema vivido pela comunidade, além do abandono do poder público, foi a entrada do tráfico de drogas que está deixando a comunidade acuada (assassinatos, perseguição,...) e na linha de fogo entre a ação da polícia para combater os traficantes e ao mesmo tempo estes ameaçando a comunidade. E, quando ocorrem essas ações entre polícia e o tráfico, o transporte público deixa de circular por 2 a 3 dias, sendo que só há uma linha de ônibus que liga a cidade a essa comunidade⁷.

Ressaltamos que no local e muito próximo de onde as famílias viviam e de onde foram removidas com a justificativa de se tratar de área de risco⁸, instalaram-se pouco tempo depois das remoções empresas como Carrefour (empresa francesa), e concessionárias de automóveis, como a Nissan.

⁴ Esta notícia trata do acordo: “Prefeitura não recebeu os recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para desocupar áreas-São José atrasa projeto de desfavelização”, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/vl1505200101.htm> (notícia de 15.05.2001). Acesso em 31 de janeiro de 2018.

⁵ Alguns exemplos podem ser identificados nas seguintes notícias “Prefeitura dá ultimato a famílias”, Vale Paraibano, de 18 de maio de 2002 e “Emanuel vai ao bispo buscar apoio para desfavelização-Prefeito de São José apela à Igreja e entidades para garantir construção de 453 casas”, Vale Paraibano, 23 de maio de 2002, ANEXO III.

⁶ Além de relatos ouvidos pelos autores deste relatório, há também uma notícia sobre o tema: ver ANEXO IV.

⁷ Várias dessas análises estão exemplificadas nas notícias citadas nas notas anteriores mas também estão presentes nos relatórios do MICI sobre o caso BR MICI004/2011, especialmente no “Relatório de Avaliação Programa Habitar Brasil BR MICI004/2011”, Disponível aqui: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38813911> Acesso em 31 de janeiro de 2018.

⁸ O próprio MICI afirma que a Prefeitura alegou tais condições em seu relatório Relatório de Avaliação Programa Habitar Brasil BR MICI004/2011, p. 6, parágrafo 11. As comunidades discordam de que se tratava de área de risco e afirmaram que um laudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) também afirmava isso, conforme relata o MICI no mesmo relatório, p. 10, parágrafo 22. Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38813911> . Acesso em 31 de janeiro de 2018.

Cumpra lembrar ainda que cerca de 40 famílias resistiram às remoções, não aceitaram assinar os termos de remoção e viveram a partir de 2003, após serem expulsas de seus domicílios com forças do batalhão de choque, “em moradias improvisadas em um galpão do antigo sistema ferroviário federal e em casas alugadas”⁹. Em 2011, 28 famílias das que não aceitaram ir para o novo bairro construído Jardim São José II expuseram ao MICI (BR-MICI004-2011)¹⁰, por meio da Central de Movimentos Populares de São José dos Campos, que não aceitavam a proposta da Prefeitura de reassentamento “devido aos prejuízos econômicos e sociais que geraria para eles, dado que a nova localização carecia de infraestrutura básica e estava muito afastada das áreas de emprego dos Solicitantes. Além disso, declararam que, após serem expulsas de seus domicílios originais, não receberam compensação econômica e sua condição de vida deteriorou-se” (Ver Anexo I). O MICI afirmou: “Durante o processo de avaliação, chegou-se à conclusão de que a Agência Executora unicamente ofereceu às famílias reassentadas a entrega condicional de domicílios no bairro Jardim São José II, o que aparentemente não garantia a manutenção ou melhoria das condições de vida da população afetada pelo Projeto, em consonância com o previsto na Política de Reassentamento Involuntário do BID. Além disso, identificou-se uma oportunidade clara para a busca de alternativas que resolvessem as inquietações levantadas na Solicitação por meio de um processo de diálogo entre as Partes”¹¹. Felizmente, em novembro de 2016, as 28 famílias solicitantes mudaram para suas novas casas em região central da cidade, conforme acordo realizado com a Prefeitura de São José dos Campos, acompanhado pelo MICI, depois de 13 anos de disputas¹².

O que a comunidade que vive hoje no Jardim São José 2 deseja é reparações e melhores condições de vida por tantas violações de direitos humanos, como transporte de qualidade, trabalho, equipamentos de saúde e educação, saneamento, que ocorrem desde o momento das remoções até o presente momento, e por terem sido enganadas pela Prefeitura de São José dos Campos e por seus gestores na época. Denúncias das violações mencionadas anteriormente têm sido feitas dentro dos mecanismos do próprio BID e também em fóruns de direitos humanos, audiências públicas e no âmbito da justiça. Contudo, como descrito

⁹ Ver mais informações sobre isso aqui: <https://idblegacy.iadb.org/pt/mici/complaint-detail-2014,1804.html?id=BR-MICI004-2011> e aqui <https://idblegacy.iadb.org/pt/mici/caso-br-mici-004-2011-comeca-a-construcao-de-moradias-para-29-familias-solicitantes,19000.html>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

¹⁰ Ver mais informações sobre a solicitação aqui: <https://idblegacy.iadb.org/pt/mici/complaint-detail-2014,1804.html?id=BR-MICI004-2011>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

¹¹ Disponível aqui <https://idblegacy.iadb.org/pt/mici/complaint-detail-2014,1804.html?id=BR-MICI004-2011> e aqui <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38813911>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

¹² Disponível aqui: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=40810746>. E também em “Prefeito entrega chaves da casa própria para expulsos da Tatetuba”, disponível em: http://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=25979. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

anteriormente, os moradores continuam a relatar que sofrem as consequências das remoções forçadas cotidianamente, vivendo em condições de pobreza e violência extremas.

ANEXO I - fotos são do arquivo da Associação de Favelas de São José dos Campos

Visão das 453 casas quando da entrega do bairro:



Situação hoje:





Visita do MICI em 8 de setembro de 2011



ANEXO II - fotos são do arquivo da Associação de Favelas de São José dos Campos

Ação da polícia militar no bairro de São José II e confrontos em razão do tráfico de drogas



Vale

Paraibano

Vale do Paraíba, sábado, 18 de maio de 2002

Acadã da ultimatum a famílias

Desfavelização

Prefeitura dá ultimato a famílias

Moradores de favelas da zona leste terão uma semana para aderir a programa

São José dos Campos

A Prefeitura de São José dos Campos decidiu dar um ultimato às 453 famílias das três favelas da zona leste da cidade. Os moradores interessados em se transferir para casas populares no Jardim São José terão uma semana para fazer um novo cadastro na prefeitura, a contar da próxima segunda-feira.

Caso não haja adesão de 80% dos moradores, o programa de desfavelização deverá ser cancelado pela prefeitura.

O recadastramento das famílias foi determinado porque a Sedu (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano), ligada ao governo federal, suspendeu a construção das casas populares devido a um impasse entre a prefeitura e moradores das favelas. A suspensão das obras foi anunciada anteriormente à tarde durante uma reunião na Câmara e poderá implicar no cancelamento do repasse de R\$ 6,8 milhões do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Segundo a secretária municipal de Obras, Maria Rita Singulano, o recadastramento foi decidido pelo prefeito Emanuel Fernandes (PSDB) em uma reu-

nião realizada anteriormente à noite com representantes do BID e da Sedu.

O projeto tem o custo de R\$ 8,5 milhões — R\$ 6,8 milhões do BID e R\$ 1,7 milhão da prefeitura.

Segundo a secretária, se o re-

cadastramento não conseguir 80% de adesão dos moradores não haverá urbanização das favelas e não será escolhida outra área para o projeto.

"A prefeitura não se responsabilizará mais pelos moradores", afirmou Maria Rita.

O presidente da Central de Movimentos Populares, Cosme Vitor, disse que não concordou com a nova medida da prefeitura, porque representantes das famílias e da central não vão acompanhar o recadastramento.

Maria Rita afirmou que está descartada a negociação com a central.

As famílias interessadas na transferência para as casas populares deverão comparecer entre os dias 20 e 25 de maio (entre segunda-feira e sábado), das 8h às 17h, na sede do projeto Programa Habitacional Casa da Gente, na rua Riscala José Neme, 160, Vila Industrial, zona leste da cidade.

SUSPENSÃO — A consultora da Sedu, Kleyd Junqueira Taboada, anunciou a suspensão do projeto depois que moradores e membros da Central se declararam contra o programa de desfavelização durante a reunião na Câmara. Parte deles alegou que assinou o termo de adesão acreditando que era apenas uma lista de presença nas reuniões sobre o programa.

Kleyd determinou prazo até 31 de maio para que prefeitura e moradores entrem em acordo.

Implantação de projeto teve início em 99

São José dos Campos

O Programa Habitacional Casa da Gente, que consiste na desfavelização da zona leste, faz parte do programa Habitar Brasil, do BID, e está sendo implantado em São José dos Campos desde 99.

A secretária de Obras, Maria Rita Singulano, disse que os moradores têm garantias com relação à estrutura no Jardim São José 2, pois as famílias só mudarão para as novas casas quando a Unidade Básica de Saúde, a cre-

che, a escola e o Centro Comunitário já estiverem funcionando.

Segundo ela, o local também terá água, energia elétrica e pavimentação de bloquetes. O objetivo da prefeitura é abrir uma fábrica de bloquete que teria como funcionários os próprios moradores das favelas.

A empresa Massafera ganhou a licitação para a obra e está aguardando a autorização da prefeitura para começar a construção.

Maria Rita disse que cada família começará a pagar pela casa somente após um ano da mudança para a nova área e as prestações mensais vão variar entre R\$ 15 e R\$ 18. O pagamento será feito durante 15 anos.

Cada casa, com sala, quarto, cozinha e banheiro, terá 38 metros quadrados e será construída em um terreno de 160 metros quadrados.

Implantação de projeto teve início em 99

Emanuel vai ao bispo buscar apoio para a desfavelização

Prefeito de São José apela à Igreja e entidades para garantir construção de 453 casas

São José dos Campos

A Prefeitura de São José dos Campos vai buscar apoio da Igreja Católica, evangélicos e sociedade civil organizada para manter o projeto de desfavelização na cidade.

O prefeito Emanuel Fernandes (PSDB) se reúne hoje com representantes de 50 entidades civis para discutir os projetos habitacionais.

"Vamos explicar o projeto e abrir para perguntas para tirar dúvidas", afirmou a secretária de Obras e Habitação de São José, Maria Rita Singulano.

A reunião faz parte de uma ofensiva da prefeitura para conseguir adesão ao programa de desfavelização, que prevê a construção de 453 casas populares, escola de ensino fundamental, centro comunitário, Unidade Básica de Saúde e fábrica de broquetes, no Campos de São José, na zona leste.

A administração tem uma semana para conseguir adesão de 80% dos moradores das favelas Caparaó, Nova Detroit e Nova Tatetuba para que o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) libere R\$ 6,8 milhões para o programa. Além dos recursos do BID, a administração

irá investir R\$ 1,7 milhão.

Na última segunda-feira a administração distribuiu uma carta nas três favelas convocando os moradores para fazer o recadastramento ao programa até o próximo sábado.

"Como têm vários segmentos na Igreja, ficamos preocupados em esquecer algum. Vamos marcar um encontro com o bispo (dom Nelson Westrupp) para levar uma cópia do projeto e explicá-lo. Com a igreja evangélica vamos fazer a mesma coisa. Vamos fazer uma apresentação específica para os vereadores", disse Maria Rita.

O padre Geraldo Magela, da pastoral sócio-política de São José, disse ontem que não poderia comentar o assunto porque não tinha conhecimento do reunião entre a administração e diocese e nem do projeto de desfavelização.

OPOSIÇÃO - Para presidente do CMP (Central de Movimentos Populares), Cosme Vitor, a prefeitura de-

Favela Nova Detroit, que está no projeto de desfavelização com dinheiro do BID

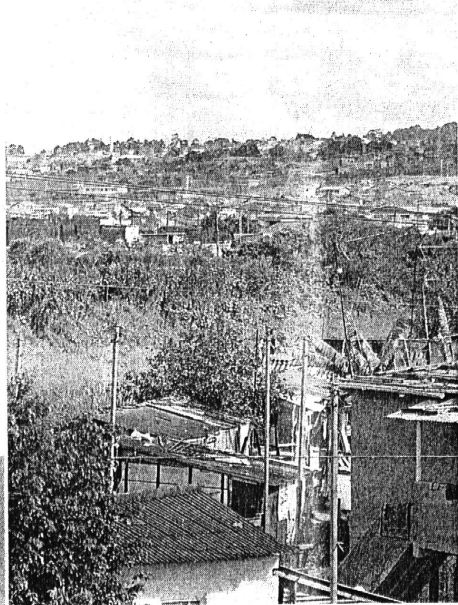
veria ter se reunido com sociedade civil antes de iniciar o projeto de desfavelização.

"Se a obras vão começar na segunda-feira não tem sentido eu chamar a Igreja para discutir o projeto. Deveria discutir como vai ge-

rar emprego para essas pessoas", afirmou Vitor.

A sede do programa habitacional fica na rua Raskala José Nieme, 100, na Vila Industrial. O horário de atendimento é das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30. Para se recadastrar é preciso que o interessado leve a carteira de identidade.

Keny Andrade/20MAR02



Entidades desconhecem projeto

São José dos Campos

Entidades civis de São José afirmam que consideram importante a implantação do programa de desfavelização no municí-

pio, mas dizem que não conhecem o projeto.

"A sociedade civil deveria participar mais. A prefeitura está muito fechada. Ela deveria envolver mais no programa de desfavelização as entidades que são parceiras da prefeitura na área de desenvolvimento urbano", afirmou o presidente da Aelo (Associação das Empresas de Loteamento) do Vale do Paraíba, Célio Vanzella.

Para o presidente da ACI (Associação Comercial e Industrial) de São José, Paulo Saes, o programa de desfavelização é im-

portante para melhorar a qualidade de vida da população.

"Apoiamos a medida e vamos à reunião. São José precisa continuar se desenvolvendo e dando condições melhores para os

moradores", disse Saes.

A reunião está marcada para as 11h no Paço Municipal. Foram convidadas entidades ligadas a vários setores, mas principalmente à habitação.

Entidades desconhecem projecto

ValeParaibano

Vale do Paraíba, quinta-feira, 23 de maio de 2002

Maria Rita
sobre o projeto de desfavelização



Queremos que a sociedade conheça os programas de habitação popular de São José e dê sugestões

Maria Rita é secretária de Obras e Habitação de São José

Emanuel vai ao bispo buscar apoio para o "desfavelização"

FOLHA VALE

★ SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2003 ★ INCLUI

HABITAÇÃO Prefeitura de São José dos Campos e construtora utilizam geração de 250 vagas para amenizar resistência a projeto Promessa de emprego garante desfavelização

Proprietário vai processar a prefeitura

TATIANA ANORADI

TATIANA ANORADI

O proprietário da área onde serão construídas as casas, Gaspar Ribeiro Duarte, 50, encaminhou hoje à Justiça uma ação de indenização de posse contra a Prefeitura de São José dos Campos.

O motivo da ação é o início das obras das casas para o projeto de desfavelização, ontem, sem que a área fosse desapropriada.

"Considero isso uma invasão de propriedade". A prefeitura não tinha esse direito", disse Duarte.

De acordo com ele, a prefeitura não chegou a fazer a desapropriação de sua área de 165 mil m², onde serão construídas as casas do projeto de desfavelização, na região leste.

Na semana passada, o prefeito Emanuel Fernandes (PSDB) chegou a dizer que havia desapropriado em julho o valor de R\$ 1,5 milhão.

A indenização foi somada, segundo ele, porque os vários proprietários da área não haviam sido encontrados pela prefeitura.

Porém, Duarte afirmou ser o único proprietário do terreno.

TATIANA ANORADI

TATIANA ANORADI

TATIANA ANORADI

Com a promessa de gerar 250 empregos durante a obra, a Prefeitura de São José dos Campos conseguiu converter os moradores das favelas Nova Detroit, Caparaó e Vila Tereza à aceitação do projeto de desfavelização.

As construções serão finalizadas pela Construtora Mastaferra.

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

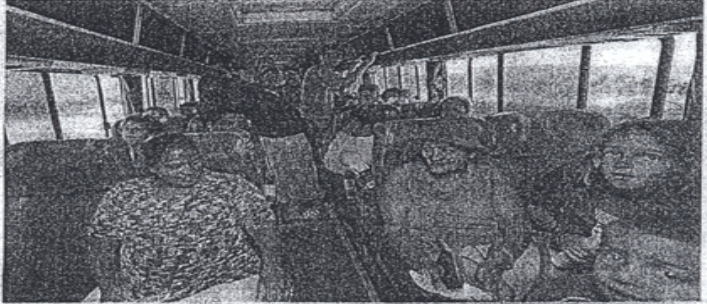
Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas



Acima, na foto maior, moradores das favelas dentro de ônibus. À esquerda, o secretário de Governo, Antônio Alvaan, conversa com moradores e, abaixo, início das obras.



para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

para as casas de 30 metros. Sem o trabalho de 100 dias e o certo pagamento de 100 salários, a obra não teria sido iniciada.

Os moradores não queriam aceitar a transferência das favelas

KIT DE ALARME COM MONITORAMENTO 24 HRS POR APENAS R\$ 97,00 MENSAIS

PROTEGIDO POR ESTRELA AZUL

ESTRELA AZUL ELETRÔNICA

(11) 3061-9428